POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL: uma análise do Programa 634 - Gestão da Rede de Conhecimento, Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde

Hanna Rafaela de Lima Vieira1

Maria de Nazare Moraes Soares 2

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar como se desenvolve o Programa 634 - Gestão da Rede de Conhecimento, Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde do PPA 2020-2023 no âmbito do planejamento de políticas públicas de saúde no Ceará. Trata-se de um trabalho com metodologia qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise de dados. Os resultados demonstram a tendência inovadora das políticas públicas de saúde a serem traçadas a partir do Programa 634. Percebe-se que o Programa apresenta o fomento à educação, à inovação e à pesquisa em saúde. Conclui-se que o Programa reúne um conjunto de estratégias orientadas para atender tanto os trabalhadores da saúde como os cidadãos e a sociedade, contemplando o período presente e o futuro, mas que também apresenta como limitação a carência de fontes primárias que possam ampliar a reflexão sobre as ações planejadas para as políticas públicas para os próximos anos.

Palavras-chave: Políticas públicas 1; Planejamento 2; Programa 3.

ABSTRACT

The objective of this work is to investigate how the Program 634 - Knowledge Network Management, Education, Technology and Innovation in Health of the PPA 2020-2023 under the planning of public health policies in Ceará. Its about a work with qualitative methodology, with bibliographic research and documentary, through data analysis. The results demonstrate the innovative trend of public health policies to be drawn from Program 634. It is perceived that the Program presents the promotion of education, innovation and research in health. It is concluded that the Program brings together a set of strategies oriented to serve both health workers and citizens and society, contemplating the present and future periods, but which also presents as a limitation the lack of sources that can broaden the reflection on planned actions for public policies for the coming years.

Keywords: Public Policies 1. Planning 2. Program 3.

1 Universidade Federal do Ceará; Bacharel; rafaelalimadev@gmail.com

2 Universidade Federal do Ceará; Doutora; nazare.soares@ufc.br

1 INTRODUÇÃO

Discutir sobre as políticas públicas em um Estado Democrático de Direito como o Brasil, requer pensar sobre planejamento público enquanto mecanismo que possibilita desenhar modelos a serem atingidos no médio prazo, levando em conta os problemas sociais presentes em diferentes territórios do país. De acordo com Oliveira (2019), o Brasil é uma nação marcada pela desigualdade social e pelo descumprimento dos direitos sociais básicos, agravados no final de 2019 e início de 2020, com a emergência de saúde pública ocasionada pelo Corona Vírus Disease de 2019 (COVID -19) gerador de infortúnios como alto número de mortes, colapso no sistema de saúde e nível recorde de desemprego (ROUBICEK, 2021). Tal conjuntura ratifica a necessidade de desenvolver o planejamento de políticas públicas que possam atender demandas e suprir necessidades, notadamente em momentos de crise como o que vivemos.

Dada a relevância do planejamento e das políticas públicas, no Estado do Ceará o Governo do Estado vem trabalhando com a construção de planos plurianuais cujo objetivo é organizar sua atuação para atender as demandas da sociedade (OLIVEIRA, 2019). O PPA vigente para o Ceará é referente ao quadriênio 2020-2023, do qual leva em conta o alinhamento com o plano de governo do governador Camilo Santana: os 7 Cearás (CEARÁ, 2019).

Por meio dos 7 Cearás, o governo estadual define 7 linhas de atuação para a sua gestão no território cearense. O Ceará Saudável faz parte das 7 linhas estratégicas desenhadas para o quadriênio, o mesmo é composto por ações voltadas para três temas: Saúde, Esporte e Lazer e Saneamento Básico. Um dos Programas que compõem o Tema Saúde é o Programa 634 - Gestão da Rede de Conhecimento, Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde, que tem como objetivo “ampliar a integração e a intersetorialidade nas áreas da gestão do conhecimento, da força de trabalho, da pesquisa, da educação, da inovação e da inteligência na política pública de saúde” (CEARÁ, 2020-a, p.445).

A temática da saúde pública cada vez mais tem aguçado debates em amplos contextos, afinal a pandemia de coronavírus tem atingido diferentes ambientes.

Segundo Roqueta *et al.* (2020), a situação de incerteza ocasionada pelo vírus Sars-coV-2, gera infortúnios para além da saúde dos organismos, uma vez que afeta indivíduos de diferentes nacionalidades e classes sociais. As autoras destacam ainda que a "chave para gerir a crise do coronavírus nos países mais industrializados é encontrar a fórmula matriz que permita preservar a economia capitalista e, ao mesmo tempo, proteger os cidadãos" (ROQUETA, *et al.*, 2020, p. 5).

Dessa maneira, entende-se que discussões sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) configuram-se como essenciais para o Brasil. Visto que, no contexto brasileiro, o SUS é a política pública gestora, executora e mais eficiente no enfrentamento e contingenciamento do surto de COVID-19, através de ações da Atenção Básica, da Educação em Saúde e de outros âmbitos geridos pelo sistema, que demonstram sua ampla atuação e reforçam seus princípios pautados no atendimento universal e integral dos cidadãos (SÁ; HOLANDA, 2020). Assim sendo, compreende-se a relevância da inserção da política de saúde em planejamentos governamentais.

O objetivo geral deste trabalho é investigar como se desenvolve o Programa 634 - Gestão da Rede de Conhecimento, Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde no âmbito do planejamento de políticas públicas de saúde no estado do Ceará. Este trabalho é a revisão de uma monografia intitulada de A Formulação das Políticas Públicas do Ceará: uma análise a partir do Programa 634 - Gestão da Rede de Conhecimento, Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde. Considerando o objetivo da pesquisa, admite-se que este estudo tem natureza qualitativa e será construído através dos métodos da pesquisa exploratória e descritiva. A coleta de dados partirá de fontes secundárias, formada por pesquisa bibliográfica. Os dados serão analisados a partir da abordagem da Análise Documental e da Análise de Conteúdo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As Políticas públicas e o Plano Plurianual

Segundo Secchi (2017, p. 2), "uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público". Para o autor as políticas públicas devem conter dois elementos primordiais, sendo o primeiro a intencionalidade pública e o segundo,

a resolução de um problema que seja entendido como coletivamente significativo, destacando-se as políticas governamentais:

> Chamamos políticas governamentais aquelas políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais. Dentre as políticas governamentais, estão as emanadas pelos diversos órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Nos dias atuais, as políticas governamentais são o subgrupo mais importante das políticas públicas, e são as que mais recebem atenção na literatura da área. (SECCHI, 2017, p. 5).

Souza (2006), no estudo intitulado Políticas Públicas: uma revisão da literatura, discute sobre os fatores que levaram a criação das políticas públicas, campo derivado da ciência política surgido nos Estados Unidos. Esse surgimento provém do pressuposto analítico que “em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisados por pesquisadores independentes” (SOUZA, 2006, p. 22). De acordo com a autora, as políticas públicas voltam-se para entender as formas e motivos dos governos optarem por determinadas ações.

O primórdio das políticas públicas brasileiras é marcado pelo caráter centralizador presentes nas primeiras gestões do país durante o processo de industrialização. Essas gestões pouco consideravam as políticas de bem-estar, proteção e participação social, e acompanhavam eminentemente o viés autoritário dos governantes que a geriam: Governos de Getúlio Vargas, Governos militares pós- 64 (BACELAR, 2003).

Cardoso Jr e Jaccoud (2009) comentam que a partir das décadas de 1980 e 1990, o Brasil passou por uma ampla agenda de reformas sociais. Por isso, em 1988 foi lançada a atual Carta Magna do país que ampliou a responsabilidade da ação estatal, no que concerne a atuar em prol dos direitos e proteção social. No âmbito da proteção social, pode- se salientar alguns marcos promovidos pela constituição, como a instituição da Seguridade Social, enquanto sistema básico de proteção à sociedade, e a instauração do SUS. O autor explica que a constituição promoveu a responsabilidade do estado em atuar em prol de “equalizar o acesso a oportunidades, como de enfrentar condições de destituição de direitos, riscos sociais e pobreza” (CARDOSO JR; JACCOUD, 2009, p. 182).

Nessa linha, Lima (2015) discorre que a Constituição Federal de 1988, além dos fatores mencionados, reservou artigos como o Art. 165 ao Art. 169 para tratar do Orçamento Público e dos Instrumentos Orçamentários: PPA; LDO e LOA. Ainda consoante o autor, ao tratar do PPA, especifica que esse instrumento possui o planejamento de médio prazo, vigente durante quatros anos, que visa estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Através dele, "nota-se a preocupação com a regionalização, exatamente para atender a determinação constitucional de desenvolvimento equilibrado entre as regiões" (LIMA, 2015, p.115).

Referente ao planejamento governamental de médio prazo, Oliveira (2019), salienta que o PPA só obteve destaque nos governos a partir de 1996. Conforme Candeas (2015), o primeiro PPA construído e implementado após a constituição foi o PPA 2000-2003, denominado Avança Brasil, instaurado nas gestões de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, responsável por introduzir a gestão por resultados no nível federal "com a adoção de programas como unidade de gestão, integrando os níveis de plano, orçamento e gestão" (CANDEAS, 2015, p. 43).

2.2 As políticas públicas de saúde no contexto brasileiro

Segundo a Constituição Federal de 1988, por meio do Art. 196:

> A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso 25 universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 2016, p.118) .

A Constituição Federal de 1988 surge como "carta fundadora de uma nova ordem social" (MENICUCCI, 2009, p.1620). Em uma tentativa de operar um sistema de saúde universal, descentralizado, com organização voltada para "a lógica da integralidade, da regionalização e da hierarquização, originando-se daí o novo modelo de um sistema nacional de saúde descentralizado" (COHN, 2009, p. 1615). O dispositivo redefine o conceito de saúde atrelando sua dimensão a um conjunto de fatores, como lazer, educação, entre outros, visando lograr nas ações em saúde a gestão de um sistema único assentado pelas diretrizes da descentralização, do atendimento integral e da participação da comunidade (BRASIL, 2003).

Sendo esses instituídos em 1990 com a Lei 8.080, Lei Orgânica da Saúde (LOS), de 19 de setembro de 1990:

> A Lei 8.080/90 instituiu o Sistema Único de Saúde, constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. A iniciativa privada participa do Sistema Único de Saúde em caráter complementar. (BRASIL, 2003, p. 25)

Conforme o livro Para Entender a Gestão do SUS (BRASIL, 2003, p. 26), a LOS regula em todo o território nacional as ações e serviços em saúde, obedecendo aos princípios organizativos e doutrinários da Carta Magna de 1988, estabelecendo a organização, direção e gestão do SUS; as competências e atribuições das esferas de governos; o funcionamento e participação complementar dos serviços privados de assistência à saúde; a política de recursos humanos; e os recursos financeiros, da gestão financeira, do planejamento e do orçamento.

Os avanços de tal política na sociedade são numerosos. De acordo com Cabral et al. (2020), o SUS é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, atuando, entre outros, na atenção integral à saúde por meio de cuidados assistenciais, ofertas de serviços de prevenção de agravos e doenças e promoção à saúde. Conforme estudo de Viacava et al. (2018, p. 1760) sobre os serviços de saúde do SUS nos últimos 30 anos, os autores enfatizam:

> O percurso de 30 anos do Sistema Único de Saúde brasileiro se caracterizou por importantes mudanças na atenção à saúde da população. A ampliação da oferta de serviços e profissionais vinculados ao SUS e das possibilidades de acesso às mudanças nos padrões de utilização estão entre os principais elementos cambiantes.

Apesar dos problemas e desafios, a capacidade assistencial, os estabelecimentos de saúde e os recursos humanos do SUS expandiram nos últimos 30 anos, ocasionando em um número cada vez maior de pessoas beneficiadas com o acesso aos serviços de saúde (VIACAVA et al. 2018). Tal expansão demonstrou-se de suma relevância e destacou a importância do SUS no enfrentamento a doenças emergentes e reemergentes.

Conforme Bousquat (2020) com o desfinanciamento e constante ataque ao serviço público de saúde brasileiro, o SUS estava sendo desacreditado por parcela da sociedade, voltando a ser reconhecido como crucial a partir do destaque da política

no enfrentamento aos efeitos da pandemia do COVID-19, mostrando o quanto é importante a atuação Estatal na promoção de políticas públicas de saúde (BOUSQUAT, 2021).

Roqueta et al. (2020) explicam que apesar do vírus acometer diversos indivíduos independente da classe social, a pandemia de COVID-19 é assimétrica. Por isso, para lidar com a mesma é necessário atuação mais forte do Estado e de um sistema de atendimento público, pois o contexto pandêmico evidencia as realidades disfuncionais da lógica capitalista ao marginalizar grupos e sujeitos que não atendem as demandas do sistema.

Conforme destaca Facchini (2020, p.7), "A marcante iniquidade social no acesso e na qualidade de serviços essenciais da rede de saúde e o desafio sanitário posto pela pandemia no Brasil requerem uma abordagem familiar e social da determinação social da saúde". Nos últimos 5 anos o SUS e a capacidade de seus serviços públicos de saúde principalmente na Atenção Primária à Saúde (APS) e no Programa Estratégia da Saúde da Família (ESF) vem sendo fragilizados, fato que mostrando a gravidade da pandemia e atuação de destaque do sistema, como grande política pública de saúde, frente ações de enfrentamento ao vírus COVID-19. Ainda para o autor, na esfera pública a grande força na entrega de serviços qualificados de saúde é apostar no SUS e nas suas bases focadas na universalidade, gratuidade, integralidade e qualidade.

Por fim, a compreensão sobre as políticas públicas de saúde no contexto brasileiro, principalmente no contexto pandêmico, promovem abertura para um debate inicial, nunca podendo ser considerados como temas já finalizados ou irrelevantes. É preciso dar atenção não só aos problemas que compõem a política pública de saúde SUS, como também à relevância e benefícios que o sistema tem proporcionado à sociedade brasileira.

3 ANÁLISE DO PROGRAMA 634 DO TEMA SAÚDE DO PPA 2020-2023

O planejamento estratégico é um processo complexo, mas necessário para objetivar resultados futuros por meio das decisões presentes. Por isso, é uma ação que deve maximizar resultados e minimizar deficiências, visando, principalmente,

prover de efetividade as ações que a organização deve desenvolver. Sendo o plano, o documento formal que consolida as informações e atividades a serem geradas para que os objetivos e metas traçados sejam cumpridos (OLIVEIRA, 2007).

A Mensagem Nº 8.435, de 30 de setembro de 2019, representa o plano de governo da segunda gestão do governador Camilo Santana. Segundo o documento, o PPA 2020-2023, foi construído através da coordenação da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG/CE), que desenhou e implementou a metodologia de formulação do instrumento para os órgãos e entidades estaduais, parte já adotada no PPA 2016-2019.

A metodologia utilizada para instigar as setoriais a desenhar as agendas e formular a políticas partiu do modelo de Gestão Pública para Resultados (GpR-CE), regulamentado através do Decreto Nº 32.216, de 08 de maio de 2017. A GpR-CE, rege a atuação do Governo do Estado do Ceará e de seus colaboradores, estabelecendo-se como uma das premissas para a construção do plano, conduzindo as instituições públicas a agir, entre outros, com foco no público alvo, orientados por resultados e com governança integrada (CEARÁ, 2017). De acordo com Castelo, Júnior e Castelo (2011), a GPR faz com que a atuação do governo adote uma postura empreendedora, na qual o cidadão é o cliente. Para Pinheiro et al. (2015) o modelo é inovador e foi extraído do Canadá, adaptado à realidade cearense, considerando experiências efetivas de outras localidades.

Os Programas elucidados no PPA 2020-2023 representam o ponto crucial em que é organizada a ação governamental. Os mesmos fazem parte do nível tático do Plano e objetivam “expressar em seu título o tema de política pública tratado, de modo que o governo, a sociedade e todos os demais interessados conheçam, de forma clara e objetiva, o seu foco de atuação” (CEARÁ, 2019, p. 18).

Todos os Programas presentes no plano detém iniciativas e entregas. Respectivamente, a primeira visa declarar “ as linhas de atuação do governo, a partir da lógica da prestação dos serviços públicos, voltadas a resolver os problemas, atender as demandas ou aproveitar as oportunidades” (CEARÁ, 2020-b, p. 20). E a segunda, foca em responder o que o público alvo irá receber na execução das estratégias declaradas nas iniciativas (CEARÁ, 2020-b).

Programa	Iniciativa	Tipos de entregas
634 - Gestão da Rede de Conhecimento, Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde.	634.1.01 - Qualificação da gestão do conhecimento em saúde	Plataforma Digital Disponibilizada; Sistema de Inteligência Desenvolvido; Rede de Biblioteca Estruturada;Interface Digital Disponibilizada; Interface Digital Disponibilizada
	634.1.02 - Promoção do conhecimento técnico-científico alinhado às políticas de saúde	Produção Técnica e Científica Disponibilizada; Rede de Pesquisa Implantada; Centro de Pesquisa Implantado
	634.1.03 - Expansão da integração ensino - serviço na implementação das políticas de saúde	Aluno Atendido; Rede Saúde Escola Implantada; Sistema de Telessaúde Desenvolvido
	634.1.04 - Promoção da gestão do trabalho e da educação em saúde no Ceará	Supervisor Qualificado; Residente Formado; Técnico Formado; Especialista Formado; Docente Capacitado; Trabalhador de Saúde Capacitado
	634.1.05 - Implantação de ensino de pós-graduação stricto sensu para o Sistema de Saúde	Cursos de mestrado e doutorado ofertados

Quadro I - Iniciativas e Entregas do Programa 634 do Governo do Estado do Ceará

Fonte: Elaborado com base no documento Anexo II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas do Estado do Ceará (CEARÁ, 2020-a)

O Programa 634 - Gestão da Rede de Conhecimento , Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde, tem como público alvo: trabalhadores da saúde, sociedade, Instituições de Pesquisa, tendo quatro tipos de indicadores para mensurar os impactos das ofertas declaradas: 1) Pesquisas desenvolvidas por linhas de cuidado definidas pela atual política de saúde; 2) Profissionais de Saúde que concluíram o programa de residência médica; 3) Profissionais de saúde que concluíram programa de residência multiprofissional; 4) Trabalhadores de saúde formados e capacitados nos serviços de saúde (CEARÁ, 2020-a).

Analisando a estrutura do Programa, averigua-se que o Programa é composto por diferentes entregas no âmbito da saúde. Através das primeiras entregas declaradas, nota-se estratégias no âmbito da promoção do conhecimento em saúde, por meio da disponibilização de aplicativos, impulsionamento de Redes de Bibliotecas e potencialização da educação em saúde a distância. Com o advento da pandemia de COVID-19 grandes desafios e necessidades no âmbito das políticas de saúde foram expostos, sendo um deles a indispensabilidade de reinvenção e inovação no SUS, principalmente no âmbito da informação e educação em saúde. Com o estado de calamidade pública, a educação e disseminação de informação em saúde tem demonstrado alta relevância para o combate a notícias falsas e no auxílio ao processo saúde-doença (SOUZA, et al., 2020).

A pesquisa é outro âmbito da saúde que tem demonstrado cada vez mais relevância. Segundo Ventura et al. (2020, p. 2) é necessário investir na pesquisa em saúde considerando não somente “a evolução de doenças específicas, mas o impacto das crises sobre a saúde das populações, além da investigação das causas sociais, ambientais, econômicas e políticas das epidemias”. Por intermédio da iniciativa 634.1. 02 - Promoção do conhecimento técnico-científico alinhado às políticas de saúde, percebe-se a intenção do estado no investimento na produção de conhecimento.

Outro ponto em destaque está na promoção de capacitação e formação no âmbito da saúde, através da capacitação de trabalhadores, residentes, entre outros. De acordo com Ávila (2018) a informação e a educação sobre saúde podem representar soluções para problemas em saúde pública. Assim, a quarta e quinta iniciativa compõem propostas estratégicas e importantes para o âmbito da formação e capacitação educacional em saúde não só local como nacional.

Dessa forma, percebe-se que o Programa 634 - Gestão da Rede de Conhecimento , Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde, contempla um arcabouço de ofertas à sociedade que com o advento da pandemia de COVID-19 fornece estratégias relevantes para a saúde pública atual e futura. Facchini (2020), ao discorrer sobre a pandemia de covid-19 e o SUS, ressalta a importância da expansão da capacitação e da educação permanente à distância para os profissionais da saúde, e da qualificação dos sistemas de e informação em saúde. Souza *et al*. (2019) ao

retratarem os desafios pelo direito universal à saúde no Brasil, evidencia a relevância da promoção de políticas públicas de saúde voltadas à ciência, tecnologia e informação capazes de atender as necessidades de saúde da população. Ávila (2018), destaca a necessidade do SUS investir, planejar e absorver tecnologias inovadoras e que gerem impacto no âmbito da saúde. É necessário o investimento em políticas públicas voltadas à pesquisa e tecnologia de informação, além da implementação de estratégias de formação profissional que integrem ensino e serviço (CEARÁ, 2018).

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou compreender o processo de formulação das políticas públicas de saúde do Estado do Ceará, elegendo o Programa 634 - Gestão da Rede de Conhecimento, Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde como foco de estudo. Para isso, utilizou-se a abordagem da pesquisa bibliográfica e documental, com o desígnio de analisar e fornecer subsídios, tanto para técnicos do governo que lidam com planejamento governamental, quanto para a sociedade que tem por direito o conhecimento e participação no processo de formulação dos planos plurianuais.

Pode-se dizer que o Programa 634 - Gestão da Rede de Conhecimento , Educação, Tecnologia e Inovação em Saúde, se desenvolve como uma proposta relevante para o fortalecimento do SUS e o atendimento às demandas da sociedade, exacerbadas com o estado de calamidade ocasionado pelo vírus da COVID-19. Assim, apresenta-se que as entregas traçadas no PPA representam linhas relevantes para a formulação de políticas públicas de saúde atual e nos próximos anos, dado as entregas disponibilizadas e o impacto positivo para a saúde pública dos cearenses e de outros brasileiros, tendo em vista as estratégias do Programa 634 apresentarem como tendência o fomento da educação e da inovação em saúde por meio de diferentes serviços. Destarte, é evidente que o Governo do Estado do Ceará tem dedicado esforços para formular planos plurianuais alinhados com as atuais necessidades sociais e tendências futuras.

Dessa forma, a presente pesquisa buscou contribuir com estudos futuros sobre planejamento governamental no Estado do Ceará, de forma a reforçar a importância da saúde pública e dos instrumentos de planejamento governamental. Considerando

o período em que foi realizada a pesquisa, no momento de calamidade pública ocasionado pelo vírus do COVID- 19, apresenta-se como limitação a contribuição de fontes primárias que pudessem ampliar a reflexão sobre as ações planejadas para os próximos anos mediante o Programa 634. Assim, para estudos futuros, sugere-se entrevistas que possam contribuir com investigações sobre o monitoramento, implementação e avaliação do Programa, de forma a identificar os principais gargalos e problemas nos processos da política pública.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Marta Dulcélia Gurgel. Avaliação do desenho do plano estratégico da saúde: um estudo de caso do Fortaleza 2040. 2018. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/39410. Acesso em 15 de jul. 2021

_____. Anexo II Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas. Fortaleza, CE. 2020-a. Disponível em: . Acesso em: 30 de jun. 2021

BACELAR, Tânia. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et al.). (Org.) Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.. Disponível em: . Acesso em: 17 de mai. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Para entender a gestão do SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. - Brasília : CONASS, 2003. 248 p. Disponível em: . Acesso em : 25 de jun. 2021

BOUSQUAT, A. et al Pandemia de COVID-19: o SUS mais necessário do que nunca. Revista USP, [S. l.], n. 128, p. 13-26, 2021. Disponível em: . Acesso em: 12 ago. 2021

CARDOSO JR, J. C. P.; JACCOUD, L. B. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. B. (Org.) Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA, 2009. p. 181-260. Disponível em: . Acesso em: 27 de jun. 2021

CASTELO, A, D. M.; JÚNIOR, R. A. M.; CASTELO, S. L. Planejamento governamental do estado do Ceará e a implantação da Rede estadual de planejamento. Revista Razão Contábil & Finanças, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: . Acesso em: 11 de jun. 2021.

CANDEAS, Alessandro. Há um pensamento estratégico para o Brasil? In: CARDOSO JR, C. C. J. (Org.) Planejamento Brasil século XXI : inovação institucional e refundação administrativa : elementos para o pensar e o agir, Brasília: IPEA, 2015. p. 31-60. Disponível em: . Acesso em: 11 de jul. 2021

CABRAL, E. R. M. et al. Contribuições e desafios da Atenção Primária à Saúde frente à pandemia de COVID-19. Interamerican Journal of medicine and health, v. 3, p. 1-12, 2020. Disponível em: . Acesso em: 28 de jun. 2021

_____. Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. 2016. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: . Acesso em: 21 de jun.2021

COHN, Amélia. A reforma sanitária brasileira após 20 anos do SUS: reflexões. Cadernos de Saúde Pública, v. 25, p. 1614-1619, 2009. Disponível em: . Acesso em: 25 de jun. 2021.

_____. **Ceará 2050:** juntos pensando o futuro. Diagnóstico Consolidado. Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.ceara2050.ce.gov.br/api/wp-content/uploads/2019/01/ceara-2050-diagnostico-consolidado-ceara-2050-versao-final-prof-jair-do-amaral.pdf>. Acesso em: 08 de jul. 2021.

_____. Decreto Nº 32.216, de 08 de maio de 2017. Regulamenta o modelo de Gestão para Resultados do Poder Executivo do Estado do Ceará, institui a Gestão de projetos de investimento público do Governo do Estado do Ceará, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado. Fortaleza: Casa Civil, 2017, Série 3, nº 087, p. 1-6. Disponível em: . Acesso em: 01 de jun. 2021

DE SÁ, M. C.; HOLANDA, V. C. C. As Bases para a territorialização do SUS e o papel reservado a Sobral em tempos de COVID-19. Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS), v. 22, n. 2, p. 55-69, 2020. Disponível em: . Acesso em: 10 de abr. 2021

FACCHINI, Luiz Augusto. COVID-19: Nocaute do neoliberalismo? Será possível fortalecer os princípios históricos do SUS e da APS em meio à pandemia?. APS em Revista, v. 2, n. 1, p. 3-10, 2020. Disponível em: . Acesso em: 28 de jun. 2021

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Curso de finanças públicas. Editora Atlas SA, 2015.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. O Sistema Único de Saúde, 20 anos: balanço e perspectivas. Cadernos de saúde pública, v. 25, p. 1620-1625, 2009. Disponível em: . Acesso em: 17 de mai. 2021

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos / Leonardo Secchi. - 2. ed. - São Paulo : Cengage Learning, 2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: . Acesso em: 05 de jun. 2021

SOUZA, Thaís dos Santos et al. Mídias sociais e educação em saúde: o combate às Fake News na pandemia da COVID-19. Enfermagem em Foco, v. 11, n. 1. ESP, 2020. Disponível em: . Acesso em: 05 de jun. 2021

OLIVEIRA, J. N. F. **A participação da sociedade no Plano Plurianual (PPA) do Estado do Ceará: avaliando o planejamento público participativo no Vale do Jaguaribe (2016- 2019).** 2019. Tese (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Fortaleza, p. 130. 2019. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46361/1/2019_dis_jnfoliveira.pdf. Acesso em: 05 mai. 2021.

OLIVEIRA, D. P. R. Conceitos de Planejamento e de sistema. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas.** 23. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/39390945/PLANEJAMENTO_ESTRAT%C3%89GICO_CONCEITOS_METODOLOGIA_PR%C3%81TICAS> Acesso em: 07 de jun. 2021

_____. Plano Plurianual 2020-2023. Governo do Estado do Ceará. Fortaleza, CE. 2019. Disponível em: . Acesso em: 24 de mai.2021.

_____. Guia Metodológico de Monitoramento do PPA 2020-2023. CEARÁ Fortaleza, CE. 2020-b. Disponível em: . Acesso em: 20 de mai. 2021

ROUBICEK, M. Os dados que mostram o tamanho da crise econômica do Brasil. Nexo, São Paulo, 31 de março de 2021. Disponível em: . Acesso em: 05 de junho de 2021.

ROQUETA, M. et al. Coronavírus, gênero e a luta de classes. Terra sem Amos: Brasil, 2020. 40p. Disponível em: Acesso em: 07 de jun. 2021

VENTURA, Deisy de Freitas Lima et al. Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00040620, 2020. Disponível em: . Acesso em: 05 de jul. 2021.

VIACAVA, Francisco et al. SUS: oferta, acesso e utilização de serviços de saúde nos últimos 30 anos. Ciência & saúde coletiva, v. 23, p. 1751-1762, 2018. Disponível em: . Acesso em: 27 de jun. 2021